



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 101ª reunião, realizada em 21 de junho de 2016

1 Em 21 de junho de 2016, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: os
5 presidentes suplentes Germano Luiz Gomes Vieira, secretário adjunto de Estado
6 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).
8 Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares, da Secretaria
9 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Ênio Resende de Souza, da
10 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Breno
11 Gomes Martins Bastos, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
12 (Sectes); Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
14 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde
15 (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Inês
16 Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Sônia Maria Costa
17 Greco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Luciano
18 José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
19 Representantes do poder público municipal: Weber Coutinho e Thais Mol Vinhal,
20 da Prefeitura Municipal de Contagem; Daniele Vieira Silva, da Prefeitura
21 Municipal de Contagem; Vítor de Andrade Coelho, da Prefeitura Municipal de
22 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
23 Francisco); José Rodrigues de Figueiredo, da Prefeitura Municipal de
24 Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos Rios
25 Jequitinhonha e Pardo); Rodrigo Teixeira Bicalho, da Prefeitura Municipal de
26 Viçosa; Luiz Francisco Belini, da Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes
27 dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Alan Eduardo de Souza
28 Bueno, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios que
29 integram a Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari).
30 Representantes dos usuários de recursos hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da
31 Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Jean de
32 Carvalho Breves, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson
33 Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);
34 Carlos Alberto Santos Oliveira e Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
35 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de
36 Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irary
37 Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de

38 Mineração (Ibram); Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação
 39 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Douglas Ferreira Martins, do
 40 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo
 41 Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia; Francisco de Assis
 42 Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações
 43 legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do
 44 meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão
 45 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da
 46 Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum
 47 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc).
 48 Representantes de associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos:
 49 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
 50 Ambiental (Abes); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil
 51 (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas
 52 Subterrâneas (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou
 53 centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e
 54 pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da
 55 Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Flávio Pimenta de Figueiredo, do
 56 Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais
 57 (ICA/UFMG); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube).
 58 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
 59 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Germano Luiz Gomes Vieira
 60 declarou aberta a 101ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
 61 Hídricos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Antônio
 62 Giacomini Ribeiro: “Há duas reuniões, foi solicitada neste Conselho a
 63 possibilidade e até a necessidade da criação de uma câmara técnica voltada e
 64 preocupada com as questões de monitoramento. Eu quero apresentar um
 65 documento abaixo-assinado dos senhores conselheiros no sentido de solicitar ao
 66 Conselho a criação dessa câmara técnica. Este é o conteúdo: ‘A senhor
 67 secretário e presidente do Conselho, Jairo José Isaac, em 21/6/2016.
 68 Excelentíssimo senhor, os conselheiros do Conselho Estadual de Recursos
 69 Hídricos abaixo-assinados, considerando a importância estratégica do
 70 conhecimento para a gestão das políticas de recursos hídricos; considerando a
 71 necessidade de aprimoramento e estabelecimento de um sistema integrado de
 72 redes de monitoramento qualiquantitativas de recursos hídricos, superficiais e
 73 subterrâneas nas bacias hidrográficas de Minas Gerais; considerando a
 74 necessidade de articular, coordenar, consorciar e fomentar cooperação,
 75 compartilhamento e integração das informações dos sistemas e redes de
 76 monitoramentos públicos e privados de águas superficiais e subterrâneas do
 77 Estado; considerando os crescentes conflitos por uso de água, as mudanças
 78 climáticas e as crescentes situações de escassez hídrica verificadas em bacias
 79 hidrográficas de Minas Gerais; considerando a necessidade de priorização e
 80 fortalecimento institucional do monitoramento integrado público e privado das

81 águas de Minas Gerais, conforme destacado e priorizado em propostas do
82 3º Seminário das Águas, promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais,
83 em 2015; considerando as conclusões e a moção do GT sobre medidas para
84 gerenciamento de águas subterrâneas em situações de escassez hídrica
85 referendadas pelo Plenário deste Conselho sobre a necessidade da ampliação,
86 aprimoramento e implementação da gestão continuada do monitoramento de
87 águas subterrâneas integrado ao de águas superficiais, como condição
88 indispensável para a tomada de decisões assertivas sobre a matéria;
89 considerando a necessidade de consolidação de uma cultura permanente de
90 debates, análise crítica, troca de informações e consolidação de uma política
91 pública de monitoramento como suporte à gestão de recursos hídricos,
92 observados os princípios estabelecidos pelas leis 9.433/1997 e 13.199/1999;
93 considerando a relevância, complexidade técnica e metodológica da matéria e a
94 urgência de incorporá-la enquanto cultura da gestão integrada dos recursos
95 hídricos e do meio ambiente e como política e ação permanente do Estado;
96 considerando a acessibilidade e a evolução técnica dos instrumentais de
97 monitoramento e georreferenciamento capazes de oferecer respostas rápidas e
98 também constituírem ferramentas para, por meio de um eficiente sistema de
99 informações, torná-las de amplo conhecimento da sociedade, habitando usuários
100 de diferentes bacias e sub-bacias hidrográficas no território mineiro, assim
101 garantindo o acesso ao conhecimento, à transparência da gestão e à maior
102 cooperação entre poder público, sociedade civil e comunidades na gestão e
103 proteção das águas e na defesa de um meio ambiente equilibrado para as
104 presentes e futuras gerações; vimos solicitar a criação no âmbito do Conselho
105 Estadual de Recursos Hídricos, em caráter permanente, da Câmara Técnica de
106 Monitoramento de Águas (CTMAG). É nosso entendimento que, além de tarefa
107 inadiável, nenhum argumento justifica ser essa matéria adiada ou colocada como
108 subordinada a quaisquer câmaras técnicas deste Conselho, haja vista a demanda
109 por outras matérias no âmbito das mesmas e a não priorização de medidas
110 relacionadas ao monitoramento em vista de diferentes assuntos e demandas
111 trazidos às atuais câmaras técnicas. Belo Horizonte, 21 de junho de 2016, sala do
112 Plenário.’ Está circulando o documento com a folha de assinaturas. Então eu
113 peço aos conselheiros que avaliem e colaborem no sentido da formação da
114 Câmara Técnica de Monitoramento.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
115 “Eu estou aqui incumbido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
116 de anunciar um documento que foi produzido na Plenária do Comitê, que chama
117 para um assunto que é uma pedra na chuteira do nosso Sistema de Meio
118 Ambiente e Recursos Hídricos. É a efetiva integração do Sistema de Meio
119 Ambiente e Recursos Hídricos. Tem uma quantidade enorme de regramentos,
120 seja deliberação normativa, a Lei das Águas, a 13.199 e a 9.433, que preconizam
121 que as agendas de meio ambiente e recursos hídricos devem se ajustar. Aqui
122 mesmo no Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, Artigo 3º, inciso XIV:
123 ‘atuar de forma articulada com os Comitês de Bacias Hidrográficas observando,

124 especialmente, a compatibilidade das ações previstas nos instrumentos de
125 planejamento da qualidade ambiental com os planos diretores de recursos
126 hídricos de bacias hidrográficas'; inciso XV: 'promover, em conjunto com o
127 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), a integração entre as políticas
128 de proteção ao meio ambiente e de recursos hídricos observando a
129 compatibilidade entre os instrumentos de planejamento da qualidade ambiental e
130 o Plano Estadual de Recursos Hídricos'. Então o arcabouço legal é muito claro a
131 fazer essa determinação. No entanto, do ponto de vista prático, nós não
132 conseguimos caminhar nessa direção. Por causa disso, o Comitê da Bacia
133 Hidrográfica do Rio das Velhas estabeleceu uma moção ao governador do
134 Estado, ao secretário de Meio Ambiente, ao Conselho de Recursos Hídricos e ao
135 COPAM. Pretende o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas que o Plano
136 Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, aprovado
137 por meio da Deliberação 02/2015, seja utilizado como instrumento de análise dos
138 processos de licenciamento e outorga pelos órgãos competentes do Meio
139 Ambiente. Então está colocada a questão, o Comitê do Rio das Velhas se
140 movimentando no sentido de ver a efetiva integração entre as duas políticas. E
141 esperamos que todos os outros Comitês também entrem nesse mesmo caminho,
142 e que, quem sabe, daqui a algum tempo, nós consigamos uma efetiva integração
143 entre as políticas de meio ambiente e recursos hídricos. Eu me comprometo com
144 os conselheiros que não receberam essa moção de mandá-la por e-mail na
145 primeira oportunidade." Conselheiro Ênio Resende de Souza: "Apenas para
146 esclarecimento e dar mais alguns detalhes. O Comitê está aqui apresentando a
147 moção ao Conselho, e da mesma forma vai ser apresentada ao secretário. Mas o
148 fato que nos chamou a atenção – e aqui tem presidentes de outros Comitês e
149 outros conselheiros de Comitês – é que os planos diretores são peças caras, do
150 ponto de vista financeiro, são um instrumento muito legítimo e muito robusto, do
151 ponto de vista de participação, talvez um dos mais robustos, comparado, por
152 exemplo, com ZEE e outros instrumentos de gestão. Os planos diretores são
153 muito discutidos, e, no caso do rio das Velhas, nós estamos na terceira
154 atualização do plano diretor. E o que se percebe é que os planos diretores,
155 apesar da sua importância, da sua grande relevância, mal, mal, são consultados
156 pelas diversas instâncias da regularização ambiental. E nós observamos que
157 estamos num momento muito oportuno, haja vista que a nossa lei foi alterada
158 agora recentemente, e nós nos baseamos nesse decreto de fevereiro, agora, e
159 citamos aqui três incisos. Mas é fácil perceber, por exemplo, quando a nova
160 regularização ambiental do licenciamento fala, por exemplo, no fator locacional.
161 Ora, existem atividades que são realizadas dentro da calha dos rios e córregos,
162 como a mineração, por exemplo. E os Comitês não são consultados sobre isso.
163 Então a questão do fator locacional, o plano diretor dá detalhes de localização.
164 Nós temos estudos, no caso do rio das Velhas, para todos os Comitês, para
165 todas as Unidades de Planejamento e Gestão dos Comitês. E essa percepção
166 também de que o meio ambiente não dissocia água dos demais recursos

167 naturais. Outro ponto é a questão do próprio licenciamento ambiental municipal,
168 com essa perspectiva agora de isso ir para o município. Então nós percebemos
169 que a legislação atual, a nova legislação, permite e fala dessa integração do
170 licenciamento com os recursos hídricos, do fator locacional. Então nós que
171 representamos aqui Comitês de Bacias Hidrográficas vimos apresentar isso como
172 moção para que os planos diretores sejam, de fato, utilizados para apoio à
173 tomada de decisão também no licenciamento ambiental. Nós então vemos isso
174 como uma oportunidade, haja vista que a própria Secretária está trabalhando na
175 regulamentação dos dispositivos da lei.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:
176 “Eu queria transmitir o meu apoio à proposta do Comitê da Bacia do Rio das
177 Velhas, porque eu acho que é com esse tipo de proposta que a gestão de
178 recursos hídricos vai ser mais reconhecida com a mesma importância da gestão
179 ambiental, o que até hoje não é uma realidade. Eu acho que o Estado tem que se
180 dignar a assumir essa tarefa e trazer essa questão do plano da bacia. Eu vou dar
181 um exemplo: o alto rio das Velhas e o alto rio Paraopeba já ultrapassaram 100%
182 da capacidade outorgável, e, em épocas de escassez hídrica, muito mais do que
183 100%. E muitas vezes as outorgas e licenças são dadas a empreendimentos que
184 vão gastar mais água do que já gasta, ‘inoutorgável’, e isso desconsidera a
185 realidade da bacia hidrográfica. Eu diria que o Estado, a continuar agindo dessa
186 forma, age com improbidade. Então eu acho que é uma proposta que vem a
187 calhar, e espero que a direção do IGAM e a Secretaria de Estado assumam a sua
188 responsabilidade quanto a isso. A segunda questão é sobre a proposta de moção
189 lida pelo Giacomini, que também ressaltou, em alguns pontos, essa necessidade
190 da integração da informação como elemento fundamental tanto para a gestão de
191 recursos hídricos como para a gestão ambiental. Eu acho que seria bom o
192 Giacomini dar um retorno, porque ele coordena o grupo de entidades, que, a
193 partir do Seminário das Águas, continuou se reunindo. Eu me lembro, e a
194 Irary (representante do Ibram) é testemunha, de que a questão do monitoramento
195 na ação do grupo Mineração, Indústria e Energia foi a proposta mais votada de
196 todas as propostas; foi a primeira da lista e constava de outros grupos também.
197 Então eu acho que não dá mais para o Estado ficar achando que vai viver à base
198 de informação secundária, uma ‘mixaria’ de estações de coletas de dados,
199 dependendo da bacia hidrográfica. E isso várias pessoas da Secretaria, que
200 conhecem de perto o assunto, não assumem em uma reunião como esta, mas
201 falam em outros foros que é uma ‘mixaria’. Algumas não funcionam. Desde que
202 eu entrei aqui, eu estou pedindo informação sobre outorga do IGAM ser por bacia
203 hidrográfica. Já é ou ainda continua aquela listinha com números? Ou é má
204 vontade de quem administra as informações ou é uma determinação política do
205 Estado para dificultar a informação ao cidadão. Ou então é má-fé, incompetência
206 etc. Eu já recebi dado por bacia hidrográfica, está no Word ou no Excel. Quando
207 entra em ‘informações sobre outorgas’, baixa do Word também, e é por número.
208 Tem o nº 1, da bacia do rio Pardo, o nº 101, da bacia do rio Paranaíba, e outro da
209 bacia do Jequitinhonha. Isso é incompetência, má-fé e falta de entendimento do

210 que é a transparência, do que é comunicação, do que é direito do cidadão a
211 informação. Já que o Estado até hoje não demonstrou ter competência nem
212 vontade de fazer coisas que qualquer estudante do pré-primário que já sabe
213 mexer no computador consegue colocar lá, então eu acho que precisa ter um
214 grupo, uma câmara técnica, para trabalhar esse tipo de questão. Eu gostaria que
215 vocês estabelecessem um prazo para isso. Eu gostaria que trouxessem na
216 próxima reunião, como eu gostaria também que já fechasse a proposta da
217 criação da câmara técnica. Por fim, eu gostaria de saber quais são as seis
218 barragens de rejeitos... Assim que saiu o Decreto de Segurança de Barragens,
219 saiu uma nota da SEMAD mostrando ponto a ponto e falava que existem seis
220 barragens em processo de licenciamento do sistema a montante. Eu gostaria de
221 saber quais são essas seis barragens. E eu me esqueci de um ponto, que é o
222 seguinte: a questão da bacia do rio Doce, em vista do desastre da Samarco, está
223 sendo discutida no COPAM. Na última reunião, se não me engano, da Câmara
224 Normativa e Recursal foi discutida a força-tarefa das barragens de rejeitos. Aliás,
225 eu gostaria que esse assunto viesse para cá, porque o rio Doce é, antes de tudo,
226 uma bacia, o principal rio de uma das principais bacias hidrográficas do Estado.
227 Eu não acho que tem cabimento a matéria ser tratada no COPAM e não ser
228 tratada no CERH. Eu acho um desrespeito ao CERH, uma falta de clareza do
229 Estado do papel do CERH. Eu gostaria que essa matéria fosse trazida para cá.
230 Nós estamos indo, inclusive, participar de um seminário no dia 28 próximo, em
231 Brasília, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Foi provocada pelo Fonasc
232 a realização desse seminário, e eu vou estar lá representando o Fonas. Nós
233 fizemos um bom estudo sobre esse acordo entre os governos, a Vale e a
234 Samarco e vamos apresentar lá, e, oportunamente, trazer aqui também. Até o
235 Conselho Nacional, que é um pouco mais distante do rio Doce, já se dignou a
236 pelo menos fazer um seminário. Deveria chamar o Ministério Público, inclusive, e
237 não chamou, mas aqui eu já peço. Vamos fazer um dia aqui para discutir, e para
238 trazer essa questão da força-tarefa das barragens. Na reunião da Câmara
239 Normativa e Recursal, do COPAM, houve um relato da FEAM sobre esse
240 trabalho da força-tarefa, e algumas questões ficaram em aberto. Apenas se diz o
241 seguinte: 'Nós chegamos à conclusão de que não dá para se chegar a uma
242 conclusão no curto prazo. Então nós fizemos esse decreto, mas tem várias
243 posições de professores que participaram da força-tarefa e que são às vezes até
244 divergentes'. Eu gostaria que esses professores viessem aqui falar, e não
245 gostaria só de receber um relatório técnico de pessoas do Sisema. Eu gostaria
246 que para esta reunião que tratasse da força-tarefa de barragens de rejeitos
247 fossem convidados todos os participantes, para que nós possamos discutir o
248 assunto." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Para dar os
249 encaminhamentos das propostas do conselheiro Gustavo, sobre a proposta de
250 criar a Câmara Técnica, avisar à Secretaria Executiva para pautar. Nesse meio
251 tempo, o IGAM vai fazer análise, e traz isso na próxima reunião do Conselho
252 Estadual, que tem a competência para deliberar sobre a criação de câmara

técnica. Quanto à discussão das seis barragens, não foi na CNR, mas no Plenário, na última semana. Então estamos fazendo esse levantamento para dar retorno ao Plenário, e também daremos retorno a vocês. Quanto aos dados de outorga por bacia, fica aqui a responsabilidade da Fátima de trazer isso na próxima reunião, e nós verificarmos se conseguimos disponibilizar isso também de uma maneira eletrônica, porque não é só deter a informação, mas, inclusive, deixá-la disponível para acesso. Nisso vem uma dificuldade institucional do Estado, sempre de sistema de informação etc. Nós temos uma dificuldade, inclusive, de controle, até hoje, de outorgas via planilhas de Excel, o que para nós é motivo sempre de repúdio. Mas eu acho que dá para se fazer alguma coisa.”

Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “É muito fácil fazer, porque a pessoa pega uma planilha e enumera portaria de número tal ao número tal; está no Word. E cada vez que aumenta um número vai colocando lá. Mas nós sabemos que existe uma base de dados que é por bacia hidrográfica. Não tem cabimento fazer uma lista de 1 a 10 mil, e cada número que se quiser saber tem que consultar 10 mil, para saber quais são as outorgas em uma das 36 bacias. Assim que é hoje, e eu acho que não tem justificativa. Até complementando, eu pediria que, quando soltar planilha Excel, não se faça o que se fez, por exemplo, no último inventário de barragens, na lista de barragens de 2015. Soltaram uma planilha Excel, e travaram a planilha. Eu não posso, por exemplo, mexer com a planilha, então aquela planilha não serve para nada. Tem que procurar nas 700, não se podem organizar os dados. Eu não posso, por exemplo, saber quais são os maiores volumes de barragens, porque a pessoa, muito cuidadosa com a sua informação, não quer que as pessoas lidem com planilha Excel. Então preferiu congelar. Isso faz parte da cultura do IGAM. Esse pedido que eu fiz para você, Fátima, eu fiz para quem estava antes de você, desde o começo. E eu estou aqui há quase cinco anos. E quem estava antes de você também não tomou providência nenhuma.”

Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu estou aqui para fazer dois convites hoje. O primeiro trata-se de uma audiência pública da revisão tarifária da Copanor, que vai acontecer no dia 27 de junho, em Teófilo Otoni, na Câmara Municipal. Vai ter apresentação de um diagnóstico que foi elaborado. Então quem estiver representando entidades que têm área de atuação na região do Norte do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri e puder articular com as suas instituições. Quanto mais abrangente e qualificada for a participação melhor será a audiência pública. E no dia 1º vai ocorrer outra audiência pública, dessa vez, organizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, puxada pela Comissão de Direitos Humanos, que vai falar sobre a questão do acesso à água. E também vai ser debatida a questão da Copanor nessa audiência.”

Conselheira Inês Tourino Teixeira: “Eu tenho uma sugestão para fazer, mas, primeiro, eu queria fazer um comentário da fala do Gazzinelli. Quando ele se queixa da questão de informações do Estado, no caso de dados do IGAM, dados de outorga, eu até queria perguntar para a equipe da SEMAD, do Sisema: vocês não têm um sistema de ‘fale conosco’? Eu vou dar um exemplo

296 da Educação. Nós temos um sistema de ‘fale conosco’ em que qualquer cidadão
297 manda um e-mail, tem vários temas, e nós temos no máximo 48 horas para
298 responder. Por exemplo, na educação ambiental, eu estou responsável, então eu
299 tenho que ficar acessando. Tem uma central de distribuição, e nós temos que
300 passar informações. Por exemplo, no Portal da Educação podem ser acessadas
301 as escolas, o endereço. As pessoas pedem muito esses dados. E tem um setor
302 de informação educacional, que é muito eficiente, e para qualquer informação de
303 dados de escola, dados de educação, as pessoas perguntam, enviam ao ‘fale
304 conosco’, e é passada. Eu estou aqui neste Conselho há um bom tempo, e a
305 questão de transparência de dados do Sisema eu tenho ouvido há muito tempo,
306 de que não conseguem. E a justificativa da SEMAD é que não tem tecnologia de
307 colocar os dados no sistema. É uma sugestão de tentar, talvez, vocês até
308 procurarem a Prodemge ou o sistema de TI, para colocar isso. Outro
309 questionamento dele, sobre a reunião conjunta da bacia do rio Doce, foi discutido
310 no COPAM, e eu estava aqui na reunião. Deve ser trazido para cá, eu acho
311 importante também, concordo com ele. Em se tratando de bacia do rio Doce, eu
312 sugiro fazer uma reunião conjunta, ou de Câmara Técnica do CERH com a
313 Câmara Técnica de licenciamento de barragem do COPAM, para que até atenda
314 ao Gustavo, porque ele vem questionando isso há um bom tempo também aqui.
315 E a Teca também, do Fonasc, também questionou no COPAM. Então eu acho
316 importante vocês fazerem uma reunião conjunta, para apresentar isso. Eu queria
317 falar sobre a moção do CBH Velhas e do Plano de Recursos Hídricos. Eu
318 compactuo com o que o colega Carlos Alberto apresentou, do Comitê. Eu sou
319 titular no Comitê do Velhas. E também o que o Ênio falou. É importantíssimo que
320 o IGAM, os instrumentos de licenciamento, o órgão, o Sisema, utilizem os planos,
321 porque foi um custo altíssimo com o dinheiro da cobrança. Então que os órgãos,
322 os setores do Sisema se apropriem desse plano e o utilizem nas políticas
323 públicas. Eu sugiro fazer uma oficina, o Comitê do Velhas apresentar na Supram
324 para os técnicos, os analistas que fazem os pareceres dos licenciamentos, e no
325 próprio Sisema, para incorporarem, lerem o plano e utilizá-lo. Porque senão fica
326 na gaveta. É uma sugestão de fazer uma oficina, porque sempre o IGAM está
327 fazendo oficina para os conselheiros, e eu acho que vale a pena fazer para a
328 Supram, para eles trabalharem e tomarem conhecimento do Plano de Recursos
329 Hídricos da Bacia do Rio das Velhas. Conforme o Ênio falou aqui, é o terceiro
330 plano. Então precisa ser utilizado. Senão fica sendo utilizado no âmbito do
331 Comitê, para as políticas do Comitê, mas quem tem a autoridade na política de
332 recursos hídricos e de meio ambiente do Estado é o Sistema Estadual de Meio
333 Ambiente e Recursos Hídricos. Então a minha sugestão é que se pense numa
334 estratégia para os servidores, para que sejam utilizados esses planos,
335 principalmente o do Comitê do Velhas. Senão vai mudar o governo, e vai ficar na
336 gaveta.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu entendi que a proposta do
337 Gustavo é mais avançada ainda. Nós temos canais, sim, de solicitação de
338 informações, que é via ‘155’, ‘Ouvidoria Ambiental’, sistemas TAG, mas não

temos o 'fale conosco'. Mas via '155' se consegue a informação. Mas o que o Gustavo está pedindo é uma disponibilização sem pedido, o que eu acho até mais importante, porque entra no site, tem a informação, cruza os dados e já disponibiliza." Conselheira Inês Tourino Teixeira: "Eu concordo, mas no site é um problema. Inclusive, quando o Sávio assumiu aqui, eu queixei com ele que fui procurar um dado de educação ambiental, do Sisema, que vinha sendo construído, e eles apagaram. Foi na gestão bem anterior, foi na época do Adriano Magalhães. Eu não achava dados, e tive que ligar para o servidor, o analista responsável pela educação ambiental, e ele me mandou em PDF, sendo que podia estar no site, para qualquer cidadão tomar conhecimento. Era um projeto específico. Para esses dados que ele está falando, vocês não têm o 'fale conosco', e eu acho que deveriam pensar nessa possibilidade. Distribui os temas nos vários setores, porque eu acho que funciona. E tem até um padrão, o Estado tem um manual de redação oficial que nós temos que seguir. Foi criado na Secretaria de Relações Institucionais do governo, na época do Anastasia. Eu acho que tem que ter algum canal eficaz." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Eu não acho que o site seja dificuldade. Tem um link para acessar a planilha, isso não é uma dificuldade." Conselheira Inês Tourino Teixeira: "Eu também acho que não é, mas ele está falando que não tem, que não consegue." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Então até a próxima reunião nós vamos ver isso. Eu gostei muito da sua sugestão da reunião conjunta. O que aconteceu na reunião do Plenário do COPAM? Estava pautada apresentação do doutor Onofre, advogado-geral do Estado, que fez uma apresentação sobre o acordo celebrado entre os entes da Federação e as empresas responsáveis pelo acidente. E na ocasião tivemos até um debate com os conselheiros do COPAM. Na oportunidade, nós ainda não estávamos com o Ministério Público presente, que chegou posteriormente à apresentação. E aí não se oportunizou, inclusive, o debate sobre a matéria, tendo em vista que são os dois principais atores que estão em discussão relativa ao acidente. E o próprio conselheiro propôs que fosse realizada uma nova reunião do COPAM, e ficou deliberado assim, sobre a questão da celebração do acordo e a dinâmica que se tem hoje para se discutir os programas socioambientais e socioeconômicos que estão contidos no acordo. Para uma próxima reunião do Plenário do COPAM, em que será convidado o Ministério Público Federal, sendo garantida a participação também do Ministério Público Estadual, que naquele momento não estava presente na discussão. Eu acho interessante essa reunião para que o Plenário do CERH também esteja presente, inclusive, até para otimizar a equipe. Porque toda hora nós temos que convocar servidores, e é muito difícil conseguir a participação sempre da alta administração da Advocacia. Então se vocês concordarem nós podemos trabalhar nesse sentido de fazer uma reunião conjunta para discutir o tema. Quanto à utilização dos Planos, hoje, inclusive nós estávamos discutindo isso pela manhã com o IGAM, sobre a necessidade de fortalecimento do IGAM perante a Política Estadual de Recursos Hídricos. O IGAM é responsável por

382 tantos instrumentos de gestão, ferramentas de gestão da política, mas não
383 consegue gerir uma delas, que é a outorga, que fica com a Secretaria. Então às
384 vezes esse descasamento de alguns instrumentos com outro, em especial, que é
385 a outorga, sempre cria uma dificuldade, como, por exemplo, essa relatada. Com o
386 retorno da outorga para o IGAM, nós esperamos que haja um casamento efetivo
387 do instrumento outorga com os outros instrumentos de gestão de recursos
388 hídricos. E é por isso que nós estamos trabalhando na remodelagem. Eu acho
389 que realmente foi um avanço muito grande a lei que foi aprovada em janeiro
390 deste ano, do ponto de vista desse fortalecimento das instituições, e nós estamos
391 trabalhando nos decretos regulamentadores, para executar essas medidas já
392 estabelecidas na Assembleia.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
393 Coelho: “No que diz respeito aos Planos de Recursos Hídricos, a conselheira Inês
394 colocou essa questão da utilização nas outras políticas públicas. Agora, tem um
395 movimento também, no que diz respeito aos Planos de Recursos Hídricos, que é
396 a sua implementação por parte dos Comitês de Bacia. Essa é uma agenda que
397 eu vou perseguir no IGAM, porque eu acho que uma das principais funções dos
398 Planos de Bacia é eles serem aplicados nas suas bacias de origem. Então nós
399 estamos subindo para uma relação de articulação das políticas públicas, o que é
400 superlegítimo, mas nós não podemos nos esquecer de que esse plano é o plano
401 da bacia hidrográfica, e o Comitê tem que colocar isso como prioridade no seu
402 processo de implementação, colocar isso nas suas pautas. E acho que os
403 conselheiros têm que cobrar isso. É uma cobrança que o IGAM vai fazer como
404 órgão gestor. Isso não está acontecendo em toda a sua plenitude. O processo é,
405 relativamente, recente. Por exemplo, o Velhas já está no seu terceiro plano.
406 Então nós não podemos nos esquecer de que a principal pauta dos Comitês de
407 Bacia deve ser a implementação dos seus próprios planos. E com isso nós
408 vamos ter as outorgas por bacia disponibilizadas, o seu sistema de informações.
409 Quem é responsável por gerir o sistema de informação na bacia hidrográfica, por
410 lei, é o Comitê de Bacia. E nós, o sistema estadual, temos que receber as
411 informações dos Comitês de Bacia também. Então é uma pauta positiva que nós
412 temos que perceber no âmbito e no contexto da gestão dos recursos hídricos.”
413 Conselheiro Ênio Resende de Souza: “Na verdade, nós assinamos essa moção
414 porque nós não poderíamos falar pelos outros Comitês. Mas a moção vai no
415 sentido de que todos os Planos Diretores de bacia hidrográfica sejam utilizados,
416 empregados não só na outorga, mas também como instrumento de licenciamento
417 ambiental, haja vista a questão do fator locacional e outras importantes questões
418 que tem nesses planos. E dizer que no caso do rio das Velhas nós utilizamos
419 muito o Plano internamente. Todo o financiamento, todo o recurso da cobrança é
420 aplicado em função do Plano, por sub-bacia hidrográfica, por tema. Então isso
421 está bem trabalhado por nós. O que nós percebemos é que, infelizmente, como
422 foi mencionado aqui por outros conselheiros, o nosso sistema ambiental dissocia
423 água de meio ambiente ou vice-versa. O licenciamento, por exemplo, não dá bola
424 nenhuma para a questão do Plano de Bacia. Então isso é um absurdo. Eu citei

425 aqui, por exemplo: como entrar na calha de um córrego, de um rio, para extrair
426 areia ou seja lá o que for, e o Comitê não tem a menor consulta sobre isso ou o
427 Estado também não utiliza o Plano para uma atividade desse tipo. E,
428 principalmente, agora com essa questão da municipalização do licenciamento.”
429 Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Ainda quanto à fala do Gustavo, eu proponho,
430 se for possível, se acharem necessário, contactar com o Leonardo, presidente da
431 bacia do Doce, que é o prefeito de Colatina. Ele faz parte do Comitê
432 Interfederativo, em Brasília, onde todas as ações da Samarco que forem tomadas
433 têm que ser deliberadas. No dia 24, nós teremos uma reunião em Regência com
434 os 39 prefeitos atingidos. Poderíamos trazê-lo para fazer essa apresentação do
435 que vem acontecendo no Comitê Interfederativo.” Presidente Germano Luiz
436 Gomes Vieira: “Eu também sou conselheiro lá, e essa parte da dinâmica de como
437 estão sendo discutidos eu posso trazer para vocês. Mas eu acho uma boa ideia,
438 talvez possamos convidá-lo para participar da reunião. Se ele tiver disponibilidade
439 na agenda, ele vem nos ajudar.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu só
440 gostaria de mencionar quanto à moção do CBH Velhas que vai ser encaminhada
441 para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu entendo da seguinte forma:
442 nós temos lei, nós temos uma estrutura montada, e não há um decreto ou moção
443 que vá fazer o cumprimento da lei. Eu acho que o Comitê tem que cobrar, sim, o
444 papel dele é esse. Agora, uma coisa que me chama muito a atenção também – e
445 a Fátima colocou muito bem – é que os Comitês de Bacia têm, sim, que usar os
446 seus instrumentos de gestão, e poucos fazem isso. Um seria o CBH Velhas. Mas
447 a grande maioria não usa seus instrumentos de gestão. Eu acho que essa
448 cobrança tem que vir mesmo para que o Comitê passe a ser mais proativo. E
449 uma coisa que me chama a atenção também é que todos os Comitês têm uma
450 vaga nas Suprams e também nos Comams, nos municípios. Que essas pessoas
451 que estejam representando nas Suprams e nos Comams sejam preparadas para
452 defender a bacia. E nós não vemos isso. Eu participo de vários Comitês de Bacia,
453 e nunca em pauta teve uma reciprocidade ou uma pauta referente ao que foi
454 decidido em uma Supram ou em um Comam. Eu nunca vi isso, eu acho que isso
455 é uma falha nossa. Se cobrarmos isso dos nossos representantes, eu imagino
456 que nós vamos ter um resultado melhor. Não é moção, não é decreto que vai
457 fazer isso, porque a lei já existe. O que nós temos que fazer é cumprir o que está
458 na lei.” Conselheiro Vítor de Andrade Coelho: “Representando aqui um município
459 (Betim) já conveniado com a SEMAD há muito tempo, eu acho que essa proposta
460 vai ajudar muito os municípios. Aqui nós estamos falando do Velhas, mas para os
461 outros Comitês eu acho que seria muito interessante, como o colega falou. Eu
462 quero manifestar o apoio, e também manifestar o apoio à proposta do Gustavo de
463 nós discutirmos nesta Casa o sério problema do acidente da Samarco, que,
464 evidentemente afetou muito o rio Doce.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
465 “Só para eu entender, essa moção do CBH Velhas ainda vai ser deliberada pelo
466 Comitê? Conselheiro Ênio Resende Souza: “Nós vamos ter reunião na sexta-
467 feira, e ela vai ser referendada pelo Plenário. Foi apenas a oportunidade que nós

468 tivemos de apresentar ao Conselho, que é um ambiente mais legítimo.” 4)
469 **EXAME DA ATA DA 100ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a
470 ata da 100ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 24 de maio de 2016. 5)
471 **DELIBERAÇÃO CERH PUBLICADA AD REFERENDUM PARA EXAME E**
472 **DELIBERAÇÃO. 5.1) Deliberação CERH/MG nº 368, de 4 de março de 2015.**
473 **Aprova a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de**
474 **Recursos Hídricos para o mandato 2015/2017. Apresentação: IGAM.**
475 Deliberação CERH referendada por unanimidade nos termos em que foi
476 aprovada ad referendum, com a inclusão de artigo proposto pelo IGAM e alterado
477 pelo Plenário, nos seguintes termos: “Fica o presidente do Conselho Estadual de
478 Recursos Hídricos autorizado a expedir os atos necessários para as eventuais
479 inclusões ou alterações na composição das Câmaras Técnicas, após consulta às
480 entidades para o preenchimento das vagas remanescentes, e respeitadas,
481 sempre que possível, as representações dos segmentos na forma regimental.”
482 Foram registrados pela Presidência 24 votos favoráveis à inclusão do artigo com
483 essa redação, três votos contrários e duas abstenções. 6) **OUTORGA COLETIVA**
484 **E ESTUDO DE CASO. Apresentação: Thiago Figueiredo Santana (IGAM) e**
485 **Antônio Giacomini Ribeiro (CBH Araguari).** Thiago Figueiredo Santana,
486 gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos do IGAM, fez
487 exposição ao Plenário do CERH sobre procedimentos quanto a Declaração de
488 Área de Conflito e análise de processos de outorga coletiva no Estado. Na outra
489 parte das exposições, o conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro apresentou estudo
490 de caso de outorga coletiva da Associação Regional dos Usuários de Água da
491 Bacia Hidrográfica do Rio bagagem. Seguem considerações registradas pelo
492 Plenário após as apresentações. Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo:
493 “Primeiro, parabenizar pela apresentação. Na verdade, foi uma demanda nossa
494 mesmo e que foi bastante rica em conhecimentos. É justamente em cima desse
495 gráfico que eu mostro a importância desse tema, de tudo o que nós estamos
496 discutindo aqui. Vejam o uso da irrigação, isso não é só desse local, é geral,
497 principalmente em regiões áridas e semiáridas. Hoje, nós trabalhamos com a
498 Q7,10, e o próprio conceito, de dez anos, sete dias por menores vazões
499 consecutivas. Na nossa região, nós estamos há quatro anos com vazões bem
500 abaixo das normais climatológicas. Então são certos detalhes que eu acho que é
501 função nossa, da parte técnica deste Conselho, começar a atentar. Uma coisa é
502 fazer uma análise de outorga considerando uma precipitação de 1.100 mm/ano,
503 durante 20, 30 anos. Outra é colocar uma outorga baseada em uma precipitação
504 de 500 mm/ano, entrando dentro dessa média. Isso é uma coisa que eu
505 questiono, e nós temos que modelar isso, para ver como podemos articular.
506 Porque pelo o que estou observando, a realidade é a seguinte: os rios estão
507 secando, isso é fato. Isso não está escrito, isso está visível, principalmente os
508 rios aonde esse perfil da irrigação é extremamente necessário para o
509 agronegócio, para a indústria e para as atividades econômicas. Outra coisa que
510 eu achei interessante na apresentação é que a própria outorga coletiva, quando

511 se faz em uma bacia que tem 1.000 usuários, quando for definir área de
512 drenagem, torna-se, pelos meios técnicos que nós temos, uma coisa muito
513 imprecisa. Então uma sugestão é adaptar ou implementar uma metodologia na
514 qual se trabalhe por regiões ou por sub-bacias. Porque com a inserção do uso
515 consuntivo, do uso não significante e dos usos econômicos, dentro desse
516 contexto, o impacto é alto. Você falou (Thiago, do IGAM) que existe uma
517 diferença entre conflito e escassez. No contexto das palavras, eu concordo, mas
518 no contexto da realidade, principalmente no Norte de Minas, a escassez é o
519 produto chave do conflito, ou seja, lá não tem segundo tempo, o conflito é
520 armado, não existe conflito de boca, é conflito armado pelo uso da água. Então
521 quando trabalhamos em uma região – é diferente de outras no nosso Estado –
522 aonde nós observamos que as pessoas sobem o rio para quebrar barragens que
523 foram feitas sem licenciamento e sobem destinados a matar ou morrer, então há
524 esse conflito e, aí, sim, é função nossa aqui. Nós discutimos tantas coisas e,
525 talvez, metodologicamente falando. Eu acho que nós precisamos sair daqui, ou
526 em outro momento, com alguma definição com que nós consigamos enxergar as
527 distintas regiões de uma forma com que nós possamos ter ações. Eu acho que
528 nós precisamos de ações que nos deem resultados significativos. Eu achei que é
529 importante nós colocarmos isso porque aqui é o momento de nós discutirmos e
530 chegarmos a um consenso. É por isso que nós estamos aqui, para melhorar essa
531 gestão de bacias, de uma forma que o povo está precisando, as pessoas, o ser
532 humano.” Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Primeiramente, a
533 regionalização de vazão usa a precipitação com dados de vazões locais; não
534 transpomos dados de uma vazão de uma estação que está na porção centro-sul
535 para colocar em Janaúba. Tem uma fragilidade imensa, que já foi discutida, a
536 fragilidade da nossa rede de monitoramento. Isso fragiliza, e muito, qualquer
537 trabalho de gestor de recursos hídricos. Por mais que haja a questão de
538 qualidade. Até o IGAM está dentro das considerações da União Europeia, das
539 diretrizes da União Europeia em questões de qualidade. Na questão de
540 qualidade, em âmbito nacional, nós somos extremamente frágeis, mas a
541 regionalização de vazão não transpõe unidade de precipitação. Em Boa
542 Esperança, no Sul de Minas, onde chove 1.500 milímetros, para transpor para o
543 semiárido nosso, que chove 600 milímetros. É uma questão muito mais local, e
544 não é uma variável que usada para regionalizar, é mais de uma. Então não
545 transponho esses valores para lá. Outra questão de que você falou é a questão
546 do processo. Você não consegue formatar um processo com 1.000 usuários. A
547 questão que eu comentei da bacia do Entre Ribeiros, onde são entre 100 e 200
548 usuários. Fragmentei em dez processos, por sub-bacia. Tem dois ou três
549 processos do São Pedro, Barra da Égua, Aldeia. Eu vou fragmentando por sub-
550 bacia, até porque, na hora em que for colocar uma condicionante coletiva de fluxo
551 residual, um não cumpriu, e eu descer a lenha em todo mundo, nos outros 999,
552 vai ficar ruim. Isso não é gerir. Gerir é trazer os próximos para se sentirem dentro
553 de um processo, de uma porção local, onde eles se conhecem, pelo menos,

554 geograficamente, para poder trabalhar isso. Se colocar 1.000 não está impondo
 555 qualquer conhecimento sobre gestão. É só uma contextualização, porque isso
 556 está próximo de nós, é só um conselho: não coloque muitos usuários dentro do
 557 mesmo processo. Fragiliza a gestão, e, daqui a cinco anos, quando vier renovar,
 558 tenho certeza que vou indeferir por descumprimento de condicionante. Eu estou
 559 há seis anos trabalhando com isso lá, isso é um conhecimento prático.”
 560 Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Mas a outorga não é coletiva?”
 561 Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Vira coletiva porque é mais de
 562 uma. Por exemplo, Santa Juliana é uma bacia em conflito. Só tem trechos do
 563 Santa Juliana, aonde tem concentrações, aonde difere aquelas sub-bacias em
 564 processos coletivos, com 20, 30 usuários. Ele não colocou 100 em um processo
 565 único.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Mas aí quando se faz por sub-
 566 bacia, dentro do contexto da bacia maior, tem que deixar reserva para os outros.”
 567 Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Claro, mas aí cabe ao consultor
 568 avaliar isso, e nós avaliamos isso internamente. Vai trabalhar com vazão de
 569 entrega, e a vazão de entrega não necessariamente vai 50% da Q7,10, porque é
 570 “mínimo de”. A legislação está clara, é ‘mínimo de’. Hoje, eu tive um consultor
 571 que me questionou: ‘Mas você colocou para eu deixar 120% da Q7,10.
 572 Tecnicamente, eu vi que seu barramento consegue, e você vai ter que deixar,
 573 porque senão o usuário da frente não usa. Paciência. E o seu barramento
 574 consegue, está aqui a simulação. É técnico. Se ele quiser contrapor de outra
 575 forma, ok., mas está lá o dado, é a questão técnica. Para trabalhar o manuseio da
 576 gestão da bacia é muito melhor. E discutir uma divisão de água com 20 ou
 577 discutir com 1.000, ainda mais na região lá... ‘Mil com peixeira na mão’. Pelo
 578 menos na reunião a que eu fui era assim.” Conselheira Irany Maria de Lourdes
 579 Braga: “Se está fazendo análise de um processo, vem um pedido e em cima
 580 desse pedido é que essa área tornou-se uma área de conflito. Todo mundo já tem
 581 outorga, e vem outra outorga, alguém solicitando, e essa área se tornou em uma
 582 área de conflito. Você avisa todas as pessoas ali envolvidas e fala? ‘Por causa
 583 desse pedido que entrou, nós vamos ter que fazer uma outorga coletiva para todo
 584 mundo’.” Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: Sim. Esses processos
 585 individuais que lá estão inseridos eu não posso jogar na clandestinidade
 586 simplesmente porque declarei conflito. Eu notifico-os, todos. São conhecidos,
 587 estão no banco de dados, com endereço e responsável técnico. Mas após a
 588 publicação da portaria coletiva eu notifico-os obrigando a entrar num processo
 589 coletivo. Após a publicação da regularidade coletiva, via portaria de outorga
 590 coletiva, eu cancelo as outorgas individuais. Porque senão fica numa situação de
 591 comodidade, ‘não busquei, estou ali, está regular, está vigente’. Não, ato
 592 precário.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “E se a outorga estiver vigente
 593 para mais três anos ou quatro anos?” Thiago Figueiredo Santana, gerente do
 594 IGAM: “Ato precário. Eu notifiquei e informei de uma necessidade para adequar a
 595 regularização. Está notificado formalmente.” Conselheira Irany Maria de Lourdes
 596 Braga: “Então se transformou numa área. Se estou com um processo novo,

597 cheguei à área agora. Não sei que existe conflito de uso. Então na hora em que
598 eu entro com esse processo para pedir outorga solteira, eu recebo uma instrução
599 ou recebo um indeferimento dizendo que estou em área de conflito e não poderei
600 entrar?” Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Como hoje é publicado
601 que é uma área de conflito, seria de conhecimento prévio. Então já é de
602 conhecimento público, não tem muito do ‘eu não conheço’ mais.” Conselheira
603 Irany Maria de Lourdes Braga: “É uma negociação em que, vamos dizer assim,
604 os usuários são parecidos, como irrigação. Quando tiver além de irrigação, como
605 saneamento, mineração, geração de energia?” Thiago Figueiredo Santana,
606 gerente do IGAM: “Tem que tentar adequar. Eu vou dar um exemplo.
607 Abastecimento público 16 obras por dia captando. Difere da irrigação, que tinha
608 três usuários com regra de uso de 8 horas cada, tudo no mesmo dia alterando
609 entre eles. Então a análise é uma discricionariedade técnica. Não dá para expor
610 aqui como funciona, mas plotamos, e vai havendo um rearranjo de distribuição de
611 tempo e vazão para tentar adequar uma condição. O critério de disponibilização
612 está em vermelho, com o máximo, e tentamos readequar essa distribuição
613 baseada nessa vazão ‘x’. Então tem que distribuir, negociar. Notifica: ‘Olha, tem
614 que readequar tais usos, porque não passam. A outorga é um critério fixo, não
615 temos regionalização de vazão em critério mensal, trimestral. Isso é uma
616 fragilidade, e está sendo rediscutido no Conselho Nacional. Eu vou dar um
617 exemplo: o estudo de regionalização de vazões de 2012 custou R\$ 300 mil, com
618 vazão única anual. Seria vezes 12, só para nós avaliarmos num conceito
619 financeiro.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “E a área de conflito não
620 declarada? Nós sabemos que existe.” Thiago Figueiredo Santana, gerente do
621 IGAM: “Para mim, só existe o que existe no banco de regularidade.” Conselheiro
622 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Por exemplo, o Alto Paraopeba, que parece que tem
623 400% de volume outorgados.” Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “No
624 sistema de outorga, o que está regularizado, ainda cabem usuários. Se não está
625 regularizado, é uma questão que tem que ser jogada para a fiscalização apurar e
626 chamar para a regularidade.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Então você
627 faz isso por sub-bacia.” Thiago Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Eu faço
628 por microbacia.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Ou seja, então não
629 existe área de conflito não declarada?” Thiago Figueiredo Santana, gerente do
630 IGAM: “Não. Do banco de outorgas, do banco de regularizados, que sabemos
631 que existem, onde estão, sabemos quem usa.” Conselheiro Gustavo Tostes
632 Gazzinelli: “Só considera uso superficial?” Thiago Figueiredo Santana, gerente do
633 IGAM: “Para subterrânea, nós temos aquela deliberação que está em andamento,
634 de áreas de restrição e controle de uso, que basicamente trata conflitos de água
635 subterrânea. A nossa visualização é essa.” Conselheiro Gustavo Tostes
636 Gazzinelli: “Outra questão na sua apresentação é que ficou a sensação de que o
637 Comitê da Bacia não tem nenhum papel nessa história. O conflito é resolvido pela
638 diretora do IGAM. E o Comitê da Bacia, como ele participa dessa gestão? A coisa
639 chega a vocês via comitê? Ou uma vez que vocês estão atuando vocês vão

640 trabalhar junto com o comitê? Isso para mim não ficou claro.” Thiago Figueiredo
641 Santana, gerente do IGAM: “Uma coisa é competência legal e outra coisa é
642 exercício da competência legal. Como eu mencionei, se publica que declarou
643 conflito. Então não dá para se fazer omissos e não saber que existe o conflito.
644 Outra coisa, dentro dos comitês eles não têm instituído como trabalhar o conflito.
645 Hoje o Rio das Velhas tem alavancado um pouco essa discussão do Ribeiro
646 Bonito nessa questão da mobilização, e para nós, pela proximidade, é um fato
647 novo. O Comitê chamou os usuários, rediscutiu, e nós apresentamos como é o
648 processo. Mas os comitês não têm se apropriado dessa competência e chamado
649 o setor de usuários para se apresentar e discutir onde nós podemos mobilizar.
650 Por exemplo, nós estamos discutindo irrigação no setor rural: quantas vezes a
651 Emater foi convocada, exceto em Ribeiro Bonito, para participar de uma
652 discussão para mobilização? O principal do comitê é uma questão de mobilização
653 inicial. A partir do momento em que se está dentro do comitê e começa a
654 rediscussão, de falar ‘fechamos uma proposta’, isso nunca ocorreu com o comitê.
655 Ele é provocado a partir do momento em que tem ciência; tem uma competência
656 estabelecida e não a exerce.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
657 Coelho: “Na verdade, o poder de outorgar é um poder discricionário do poder
658 público. Isso é bem claro, porque a água é um bem de domínio público. É por
659 isso que o ato é do diretor do IGAM. Como a água é um bem público, a outorga é
660 um ato emitido pelo poder público. Agora, o papel do comitê é diferente. Ele opina
661 sobre a proposta de outorga de potencial poluidor, mas quem emite o ato de
662 outorga é o diretor do IGAM. Isso é uma questão legal hoje das Suprams. Com a
663 nova lei, voltará a ser do IGAM. Qual é o papel importante do comitê nisso?
664 Quando o Thiago falou da forma mais interessante de discutir a questão da
665 outorga coletiva e o conflito real... Uma coisa é declarar conflito porque o limite
666 outorgado está sendo superado. Outra coisa são as áreas que nós sabemos que
667 têm conflito e que não estão nesse processo de outorga coletiva. É o comitê
668 trabalhar, primeiro, na prioridade dos usos, porque isso é função dentro do plano
669 de bacia, priorização dos usos. É o papel dele como ele conversa com a outorga.
670 O papel dos planos de bacia, que trazem para nós esse pano de fundo. E outro
671 na alocação negociada de água. Tem um volume de água, e os usuários
672 negociam entre si essa distribuição de água, anualmente. Tem o volume de
673 outorga anual, e aquilo é discutido democraticamente. Aí eu acho que entra o
674 papel do comitê. A ANA tem feito algumas discussões nesse sentido no Verde
675 Grande, de alocação negociada em torno do uso dos reservatórios da bacia do
676 Verde Grande. Então a lógica do comitê não é a questão de outorgar ou definir,
677 mas de participar da prioridade dos usos e dessa negociação social, que deve vir
678 no bojo da oportunidade que nós temos com a outorga coletiva.” Conselheiro
679 Vítor de Andrade Coelho: “Eu queria só entender como fica a responsabilização,
680 no caso da outorga coletiva, no descumprimento de condicionantes.” Thiago
681 Figueiredo Santana, gerente do IGAM: “Tem condicionantes individuais, por
682 exemplo, monitoramento individual por tempo, hora de captação; fluxo residual de

683 uma barragem de um determinado usuário. Essa penalização é individual, é
684 imposta dentro do ato, e a condicionante é explícita. Usuário 'x' monitorar... Vem
685 explícito, não vem só um quadro de vazões, o tanto que pode captar... Vem
686 pontuando o que cada um deve fazer. E, por fim, quando tem uma condicionante
687 coletiva, aí é de todos, a responsabilização é de todos pelo não cumprimento. E
688 vem explícito. Como são apresentadas as condicionantes individuais ou coletivas,
689 as penalidades também são individuais ou coletivas pelo descumprimento.”

690 **Manifestações sobre a exposição do estudo de caso.** Conselheiro Flávio
691 Pimenta de Figueiredo: “Você falou uma frase fantástica que eu não tinha ouvido
692 ainda: que a água é um gargalo ambiental. Então essa visão da outorga tem que
693 ser não considerando o rio como um canal de água. O rio não pode ser visto
694 como um canal de água, só para irrigação, para a indústria, o rio é um canal
695 ecossistêmico, ali tem vida. É nesse contexto que eu acho que nós temos que
696 lutar, o rio não está conduzindo água só para satisfazer as demandas humanas,
697 seja da indústria ou do agronegócio, o rio tem vida, tem peixe. Então esse
698 ecossistema que foi apresentado nós temos que misturar e juntar para chegar a
699 um consenso. Nós não vamos ter água num ciclo hidrológico se não tiver o meio
700 ambiente preservado. Isso já está explicado, já está provado. Então na indústria,
701 no agronegócio, em tudo que depende da água, esse olhar ecossistêmico tem
702 que existir.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Primeiro, eu queria
703 parabenizar. Assistindo à apresentação, eu fiquei até emocionado. Tem coisas
704 legais que acontecem e às vezes nós não temos a oportunidade de ver.
705 Realmente, parabenizar você e a associação, parabenizar o Estado, por ter
706 inaugurado essa política de gestão de áreas de conflito, que é uma coisa
707 admirada em outros Estados. Então eu acho que é uma agenda positiva. Você
708 não falou da relação da associação com o Comitê da Bacia, e eu gostaria que
709 depois falasse. Eu acho que a experiência em uma área mais localizada é uma
710 experiência que nós poderíamos também trabalhar. Já que a experiência está
711 sistematizada do ponto de vista da água superficial, é o tipo da experiência que
712 valeria a pena talvez o Estado, através de uma universidade da região, do Fhidro,
713 fomentar um trabalho também conjunto, associado. Porque eu acho que a partir
714 de experiências desse tipo, testando modelos, se pode entender como essa
715 dinâmica funciona. É uma ideia. Eu fiquei com algumas dúvidas. Por exemplo,
716 esse monitoramento tão precioso que vocês fazem é capaz, por exemplo, de
717 identificar quais são as principais áreas de recarga da região, áreas que talvez
718 merecessem um cuidado mais especial? E eu gostaria de saber se vocês fazem
719 monitoramento da qualidade da água que sai a partir desse uso, que deve ter
720 também muitos agrotóxicos. Saber como é esse controle da qualidade da água
721 eu acho que é uma questão importante até mesmo para preservar a ideia do
722 ecossistema e dos outros usos, inclusive urbanos, como o presidente da
723 associação falou. E eu queria manifestar minha opinião sobre hidrometria. É uma
724 ferramenta muito importante que o Estado criou, e acho que não pode perder a
725 vigência. O que não impede, porém, que vocês possam fazer uma negociação

também coletiva em relação à hidrometria. Se tem uma série de hidrômetros e horímetros funcionando, usando determinada água, se o cara está deixando de fazer determinada cultura para outro fazer, é óbvio que o horímetro de um mais o horímetro do outro vai dar uma somatória, e se pode considerar o conjunto dos horímetros. Então eu acho que isso é uma questão de modelagem do sistema, e de não chegar e falar ‘nós não queremos isso, porque isso está dando muita dor de cabeça para nós’. Se vocês conseguiram ter a capacidade de montar um sistema de monitoramento que as pessoas passaram a acompanhar e incorporar a cultura delas no dia a dia, no cotidiano, eu acho que isso é perfeitamente viável do ponto de vista da gestão do consumo da água. Por fim, uma pergunta. Não existem certas situações em que se chega a um ponto em que tem que começar a investir mais na região ou na agroindústria para tirar um pouco essa dependência tão grande só da produção daquele bem que vai ser vendido do jeito que se colhe? Quer dizer, isso não poderia trazer algum tipo de interferência positiva no saldo, na balança, na geração de empregos? Trazer valor para a região sem obrigar a aumentar o número de plantios, de safras?” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Tudo isso é um processo que está em desenvolvimento. A associação nasceu para que viabilizasse a outorga em si. Depois, já tem outorga, e tem que fazer monitoramento. ‘O monitoramento é para quê?’ É para atender a um relatório semestral para o IGAM, para o banco de dados. Então não se fazia análise, não se fazia gráfico, nada. Montava-se o banco de dados e mandava para o IGAM. Eu que instalei essa rede, inclusive, disse ‘vamos fazer um negócio mais interessante’, colocar pluviômetro, fazer também um boletim diário em que possamos informar a todos o que está acontecendo, inclusive, sinalizando: ‘Olha, você está em uma zona de conforto, em uma zona perigosa e tal’. Isso foi sendo incorporado. Para ter uma ideia, há apenas dois anos que nós vamos, sistematicamente, a uma reunião na associação no final de janeiro e mostramos esses gráficos para os usuários. E as pessoas começam a fazer correlação com o que eles estavam fazendo. ‘Realmente, teve um calor excessivo, e nós precisamos irrigar mais...’ Então começa a se envolver nessa análise crítica. O grande aliado hoje da associação é o Ministério Público. O doutor Carlos Valera, de Uberaba, promotor regional do Meio Ambiente, foi muito proativo. A nosso convite, ele esteve lá, reuniu-se com os usuários e falou ‘não vai acontecer nada de ruim com quem andar direito’. Mas teve lá uma meia dúzia que andou errado, e ele pegou. Eles fizeram coisas realmente ruins. E aí tiveram muitas, compensação financeira por dano ambiental. Ele pegou esse valor e reverteu para a própria associação. A associação fez uma licitação para que fossem feitos o ZAP e um plano de bacia para essa área, como se fosse um plano integrado de uso da água. Envolve também qualidade de água. Ter um diagnóstico atual da qualidade de água e uma proposta de rede de monitoramento na bacia. Tudo derivado desse recurso do Ministério Público. E o ZAP vai possibilitar fazer os estudos de zona de recarga. No Santa Juliana, a razão social virou Associação de Gestores de

769 Recursos Ambientais, e não mais de 'usuários de água'. Com esse processo de
770 educação, eles vão vendo os resultados e mudando também. O Comitê tem seus
771 problemas operacionais, o Comitê não é o executor. O Comitê determina
772 políticas, discute, mas não faz. E nós temos um problema lá relacionado com a
773 agência, que está agora quase resolvido. O Comitê recebe as outorgas de grande
774 porte, opina, faz a discussão. Eu entendo que uma outorga coletiva é de grande
775 porte, pelo volume, pelo número de pessoas, enfim, pelo envolvimento. Só que a
776 Supram não entende isso, o IGAM não entende isso. Então não remete para o
777 Comitê. O Comitê é reativo, não é tão proativo como deveria ser. É reativo. Na
778 medida em que receber a demanda, ele vai dar conta. Mas ele não recebe. Então
779 fica aquela história, tem a competência e não exerce. Como fazer para exercer a
780 competência? Sai correndo atrás? Para sair correndo atrás tem que ter estrutura,
781 ter base. Agora, uma coisa vai acabar indo para o Comitê. O objetivo do Plano de
782 Bacia é integrar o PAI-MG (Programa de Agricultura Irrigada de Minas Gerais)
783 como um território de irrigação. Então na aprovação do território de irrigação o
784 Comitê terá que falar." Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
785 "A outorga é um ato do poder público. Agora, mudar um critério para um comitê
786 participar é muito estranho. Eu acho que o comitê tem que participar desse
787 processo de negociação e das condições que lhe são afetas no momento do
788 Plano da Bacia." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Por exemplo, se ocorrer
789 assim: o IGAM determinou que uma sub-bacia no seu comitê a partir de hoje é
790 área de conflito. Então manda a DAC, essa declaração, para o comitê, e o comitê
791 pode ser proativo no sentido de buscar as pessoas." Presidente suplente Maria
792 de Fátima Chagas Dias Coelho: "Mas o comitê deveria propor. Me espanta ouvir
793 isso, precisar de norma e de lei para o comitê atuar. Ele já tem atribuição legal
794 que diz respeito à prioridade dos usos da bacia, para trabalhar isso. É uma
795 questão de estímulo do comitê nesse aspecto. Então os presidentes dos comitês
796 têm que atuar nos seus planos de bacias, nas prioridades de uso que vão dar
797 subsídios à outorga." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Eu também acho
798 estranho o fato de o comitê nunca ter sido chamado." Presidente suplente Maria
799 de Fátima Chagas Dias Coelho: "Nós sabemos muito bem que as outorgas às
800 vezes são julgadas pelos comitês e que eles não dão conta do prazo. Existe um
801 prazo para análise das outorgas que vão para os comitês, e via de regra tem
802 essa dificuldade." Conselheiro Ênio Resende de Souza: "Nós, que militamos na
803 área da agricultura, temos uma visão muito clara da questão da vazão sazonal.
804 Não que nós discordemos da questão de monitoramento, de hidrometria etc. As
805 vazões dos rios oscilam durante o ano, e o critério de outorga é estático, pega a
806 pior vazão do ano, que é a Q7,10. Então o pleito de quem trabalha com
807 agricultura, de quem entende um pouquinho de irrigação ou de água, é deque a
808 vazão sazonal é mais lógica. Porque essa água do rio Grande e do Paranaíba vai
809 para São Paulo. Lá, se o critério não for igual ao nosso, eles vão usar essa água.
810 Aqui, não, nós vemos água passando na porta da propriedade, e está engessado,
811 porque a Q7,10 não permite. Se a outorga respeitasse a vazão sazonal, não

812 haveria nenhum prejuízo para o meio ambiente nem para o agricultor, nem para a
813 área urbana nem para ninguém. Porque é uma questão de lógica. Está sobrando
814 água na época de chuva e está engessado porque a $Q_{7,10}$ é uma vez por ano. É
815 fazer plantio na época da chuva. Hoje, por exemplo, muitos irrigantes irrigam na
816 época da chuva, deixam a chuva cair e, na hora que tiver a estiagem, liga o pivô,
817 a bomba, o sistema. Outro ponto que eu acho que talvez precisa ser mais bem
818 debatido é essa questão que o professor Giacomini colocou a questão de o
819 comitê ser proativo ou reativo etc. Eu vou dar um exemplo. Eu sou membro do
820 Comitê do Rio das Velhas. Na crise do ano passado, para mim foi a melhor
821 reunião que eu já vivenciei. Eu sou o membro que criou o primeiro comitê, que é o
822 do rio das Velhas. Foi a primeira reunião de que eu participei em que o Comitê
823 chamou Copasa, Cemig, mineração, agricultura, e sentou todo mundo na mesa
824 para o Comitê, proativamente, buscar junto com esses setores uma negociação
825 para que se diminuísse a quantidade de água utilizada por causa da crise hídrica
826 que nós vivemos no ano passado. Agora, nós não temos a caneta, sem esperar
827 entrar em conflito, mas o Comitê teve uma ação muito bacana. A mineração, por
828 exemplo, voluntariamente, espontaneamente, reduziu em 20% e depois para
829 30%. Agora, o comitê não tem caneta para isso, para mandar fechar uma bomba
830 etc. Isso é com o IGAM. Então na questão da outorga coletiva, como foi sugerido
831 pelo professor Giacomini, eu concordo plenamente. Eu acho que a outorga
832 coletiva deveria ser considerada como de grande porte e que todos os comitês
833 tivessem uma atuação mais forte do que têm. Eu entendo que isso é uma
834 questão burocrática, porque na essência a outorga coletiva é de grande volume.
835 Sendo assim na essência, eu acho que os comitês deveriam ter uma atuação
836 mais clara.” Marley Caetano de Mendonça, diretor de Planejamento e
837 Regulação/IGAM: “A lei é muito clara no sentido de que cabe aos comitês
838 deliberarem sobre as outorgas dos empreendimentos de grande porte e potencial
839 poluidor. Esse é o critério. Outorga coletiva nada mais é que uma unificação de
840 uma série de outorgas, para fazer uma distribuição da água. Então não há a
841 mínima necessidade nem previsão legal de encaminhamento para os comitês. O
842 IGAM estaria cometendo uma irregularidade se encaminhasse aos comitês.”
843 Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu concordo com a Fátima, outorga é
844 atribuição do IGAM, vai retornar, não é papel dos comitês emitir outorga. Mas eu
845 tenho um entendimento um pouco mais amplo do problema. Eu não estou
846 querendo focar a outorga ou a outorga coletiva, mas o problema da gestão da
847 água. O comitê, sendo ente que participa desse processo, deve entrar nessa
848 discussão. Agora, eu concordo também que não dá para o IGAM remeter ao
849 comitê simplesmente porque é uma área de conflito. Não tem previsão legal,
850 seria extrapolar, e deixaria o IGAM numa posição de fragilidade. No entanto, eu
851 acho que nós devemos caminhar no sentido das áreas onde nós temos conflitos,
852 o que significa que não tem água para todos, é uma área que merece uma
853 atenção especial. Então os órgãos do sistema têm que se debruçar com a
854 atenção especial que o caso merece. E nesse caso eu acho que o comitê é uma

855 instância mais do que legítima para que entre nessa discussão e auxilie o sistema
856 a resolver essa questão. Porque o comitê é um parlamento, onde participam
857 todos os segmentos, um desaguadouro natural, onde essa questão pode e dever
858 ser debatida. Então eu acho que na realidade o que tem é um vazio em termos
859 de regulamentação. Não sei se por resolução do Conselho Estadual, se por
860 decreto ou lei, mas acho que nós precisamos superar isso e caminhar no sentido
861 de que nas áreas decretadas como de conflito as outorgas possam ser discutidas
862 no comitê. Não no sentido de o comitê conceder a outorga, mas de chamar os
863 autores, debater, apresentar solução e participar da solução do problema. Nesse
864 sentido, eu gostaria de encaminhar um pedido ao IGAM para tentarmos resolver
865 essa questão, no sentido de que o IGAM possa encaminhar. Porque o IGAM hoje
866 encaminha aos comitês a outorga de grande porte? Porque está na lei.”
867 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A água é um bem de
868 domínio do Estado ou da União, isso é constitucional. Então cabe ao IGAM.
869 Mesmo a outorga de grande porte é analisada no comitê, mas é emitida pelo
870 órgão gestor.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu iniciei a minha fala dizendo
871 isso. É atribuição do IGAM, e não estamos propondo que passe ao comitê.”
872 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nem o município
873 pode outorgar, porque não existem águas municipais na nossa constituição.
874 Então não podemos delegar nem para o município. Eu acho que é muito
875 produtivo na sua fala a questão do debate. Por exemplo, a ANA promove a
876 alocação negociada no âmbito dos comitês de domínio da União. Eles não têm a
877 figura da outorga coletiva, só o Estado de Minas tem essa figura. Mas nas áreas
878 de conflito pelo uso da água, como na bacia do Verde Grande, por exemplo, eles
879 promovem o que se chama de alocação negociada de água. Então há esse
880 debate entre os usuários, mediado pelo comitê e pela ANA. Isso é um trabalho do
881 comitê e pode ser feito no contexto do comitê, perfeitamente, essa questão do
882 debate.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Em nenhum momento eu estou
883 fazendo uma indicação de que o IGAM abra mão da sua atribuição de continuar
884 concedendo as outorgas. Agora, ele manda ao debate do comitê as outorgas de
885 grande porte e potencial poluidor porque tem normatização. O que eu estou
886 sugerindo é que se normatize também que as outorgas nas áreas de conflito
887 possam ser encaminhadas para o comitê, para dar segurança jurídica.” Marley
888 Caetano de Mendonça, diretor de Planejamento e Regulação/IGAM: “Nós temos
889 que ter muito claro o papel de cada ente integrante do sistema. O IGAM, quando
890 vai analisar um processo de outorga coletiva, está praticando um ato de gestão.
891 Qual seria o papel do comitê? Vamos supor que nesse processo de outorga
892 coletiva nós tenhamos 20, 25 usuários, hipoteticamente, e um usuário se julga
893 insatisfeito com a decisão do IGAM. Ele pode suscitar um conflito de uso, porque
894 já está caracterizado o conflito de uso. O IGAM, através de ato de gestão, está
895 tentando resolver esse conflito de uso. Então aquele usuário que se sentir
896 prejudicado de alguma maneira pode suscitar um conflito de uso junto ao comitê.
897 Aí é um processo à parte, porque o comitê, em primeira instância, vai deliberar

sobre esse conflito de uso, cabendo ainda um recurso para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então nós temos que separar muito bem o papel de cada ente do sistema. Uma coisa é um ato de gestão no âmbito do processo de outorga coletiva, que não tem que ir para o comitê. Outra coisa é: quando o comitê entra? Quando houver uma suscitação de conflito de uso por parte de um usuário que se sentir prejudicado. Então as coisas estão muito bem estabelecidas, e o que nós precisamos é ter ciência, consciência do papel de cada um.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Então está claro que alguém tem que provocar o comitê nesse caso. Então você não pode ser criticado quando tem uma área de conflito e você tem que tomar alguma iniciativa. É por isso que eu falo que o comitê tem que ser reativo nessa situação. Alguém vai provocar o comitê, e ele vai ser esse juiz de primeira instância, vamos dizer assim.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A sensação ruim que ficou comigo é assim: ‘Isso aqui, de acordo, com a lei, é meu, quem bate carimbo aqui sou eu. Isso aqui não é da sua alçada.’ Gestão de recursos hídricos é com a participação de todos, está na lei, Artigo 1º, inciso VI, se eu não me engano, da Lei 9.433. Então eu acho que o que nós estamos discutindo aqui não é quem emite outorga. Emitir outorga, está claro, hoje é o IGAM. E se o comitê for essa entidade, um dia, não vai dar para ser um comitê como é hoje, com essa mixaria de recursos que tem; vai ter que ser uma burocracia. Então aí teria que ser, no mínimo, uma agência de bacia. Então eu acho que a discussão não é essa. Eu acho que seria, de alguma maneira, tentar estabelecer uma rotina, algum tipo de rotina, algum tipo de mecanismo de interação, o que não se trata simplesmente de ‘esse birô aqui é meu, esse é seu’. Eu não acho isso razoável. Eu acho que, se a lei estabelece empecilhos ou gavetas para cada um, ela precisa ser mudada em alguns aspectos. Eu acho que nós estamos, inclusive, aqui para poder pensar nisso. Eu não acho que esse seja um argumento razoável, mesmo porque, de acordo a proposta do Estado, o IGAM vai começar a ser descentralizado também. Não é dizer ‘acabamos de trazer a outorga de volta para o IGAM e vamos tirar dele’. Mas não acho também uma boa resposta falar ‘esse galho aqui é meu, e você segura o seu galho’. Isso não me parece razoável, eu acho que o caminho tem que ser outro.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Em outra oportunidade, nós poderíamos trazer aqui um debate técnico sobre o conceito de outorga de grande porte, porque a outorga coletiva não se enquadra nesse critério. Eu não estou dizendo que não se possa abrir outra frente, mas ela não se enquadra, e eu estaria sofismando se eu estivesse enquadrando-a nesse aspecto. É o que temos hoje, o que não impede que haja evoluções, que são possíveis. Nós podemos abrir aqui um debate sobre esses critérios até para esclarecer para os conselheiros e fazermos um debate melhor sobre esses conceitos. E de outras modalidades de outorga também. Nós trabalharmos um pouco mais, no âmbito deste Conselho, esses conceitos. A sazonalidade, para mim, é ponto pacífico, é uma agenda que nós temos que trabalhar, efetivamente.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Só para que fique claro, eu não estou

941 reivindicando que se faça alguma coisa além do que está prevendo hoje no
942 regramento do funcionamento dos órgãos do sistema. O que eu estou apontando
943 é a necessidade de nós revermos para que esse processo seja incorporado nos
944 debates que acontecem nos comitês. No caso do rio Claro, por exemplo, é uma
945 bacia de conflito não pela irrigação, mas pela captação que abastece Uberaba.
946 Na primeira outorga que foi concedida, um debate sobre transposição, veio ao
947 comitê, que convocou, participou, fez um debate e entendeu que era uma outorga
948 especial, só em momentos de emergência, se não me engano. O município
949 protocolou um novo pedido para transformar em definitivo, e foi feito à revelia do
950 comitê. E os agricultores se sentiram prejudicados e não acionaram o comitê,
951 preferiram trabalhar como o município trabalhou, vindo aqui batendo no gabinete
952 e negociando a portas fechadas. Ou seja, os atores da bacia foram
953 completamente alijados desse processo. E o IGAM aceitou. Foi negociado dentro
954 do IGAM, ou da SEMAD, tanto que foi concedida a outorga. Então o que eu estou
955 apontando é a necessidade de que esse debate aconteça na bacia, eu não estou
956 dizendo que o comitê deva dar outorga.” Conselheiro Ênio Resende de Souza: “A
957 minha opinião é igual à de todos que falaram antes de mim, não se trata de
958 questão de competência legal, está claríssimo que a competência é do IGAM, da
959 ANA. Ninguém está discutindo isso. O que nós estamos pontuando aqui é uma
960 questão até de modernização da gestão. Eu acho que a gestão nós temos que
961 olhar com farol outro, farol para frente, e tentar enxergar coisas que são positivas.
962 Eu, por exemplo, já participei no comitê de várias análises de outorga de grande
963 porte. O que acontece no comitê quando acontece uma solicitação de outorga de
964 grande porte? O comitê dá qualidade a essa outorga, não é apenas uma questão
965 técnica de chegar ao computador, abrir lá, ‘a vazão é essa e aquilo’. Os membros
966 da Câmara Técnica de Outorga se reúnem, vão à comunidade, ouvem a
967 comunidade, os diversos interessados. Tem a indústria ‘x’, vai lá e ouve a
968 população a jusante, a montante, faz um trabalho participativo muito bem feito,
969 consulta os técnicos da agência de bacia. E o que acontece? O comitê, melhor
970 que o IGAM nesse caso, porque é quadripartite, tem vários usuários, sociedade
971 civil, governo estadual, municipal etc., é um ambiente muito mais legítimo para
972 discutir isso. Porque não é a questão de um usuário que pediu uma outorga de
973 grande porte, e vai lá e dá uma canetada. Desculpa a falta de modéstia, mas o
974 comitê dá qualidade a isso, dá legitimidade. Então eu vejo essa proposta de
975 outorga coletiva ser considerada outorga de grande porte nesse espírito. Não é
976 questão de dar canetada, o comitê jamais quer isso, é questão de dar uma
977 qualidade ao processo, de ele ser mais participativo. Mas eu acho que hoje não é
978 o dia de se discutir isso, nós estamos apenas aproveitando a oportunidade de
979 esse tema ter sido colocado aqui. Como eu falei, é um tema tão palpitante, tão
980 interessante, que é uma pena que esteja sendo nesse horário.” Conselheiro
981 Luciano José Alvarenga: “Pelo Ministério Público, é evidente que nós sempre nos
982 colocamos em conselhos e perante a sociedade como defensores da ordem
983 jurídica. Então é evidente que o conceito de competência, a distribuição de

competências entre as instituições, entre as instâncias, isso é crucial para nós respeitarmos. Mas ficou claro para mim, pela fala do Shimizu, aquilo que você falou, Ênio, a questão da modernização. Então cabe a nós, como membros deste Conselho, também levantarmos essas ideias de modernização para que isso, no futuro, seja discutido nas instâncias devidas. Particularmente, eu entendo que o comitê é uma instância interessante de ser ouvida e participar, efetivamente, desse processo, por estar muito mais próxima do território onde está sendo feita a gestão. Eu acho que a ideia de modernização de gestão fica, mas como ideia, evidente, sem quaisquer tentativas de violação de competências.” Conselheiro Leonardo Romano: “Tem uma pergunta que eu acho que é muito importante e que já foi respondida. Os comitês têm uma contribuição a dar no processo? Pelos depoimentos, parece que sim. Então o que eu sugiro é como viabilizar a participação dos comitês nesse fluxo, para que ele dê um parecer, para que ele se manifeste, mas respeitando a legalidade. Eu acho que o que tem que ser procurado é isso, o desafio é esse.” **7) PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SISEMA).** Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Item sobrestado. **8) MONITORAMENTO EMERGENCIAL DA QUALIDADE DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO DOCE.** Apresentação: Regina Marcia Pimenta de Mello (IGAM). Item sobrestado. **9) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e
Presidente suplente do CERH/MG